

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 580.510 - SP (2020/0110783-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO -
BENEFICIADOS COM A PROGRESSÃO DE REGIME
SEMIABERTO MANTIDOS ILEGALMENTE SOB O JOGO DO
REGIME FECHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS COLETIVO. AUSÊNCIA DE VAGAS NO REGIME SEMIABERTO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DA ORIGEM QUE INDEFERIU A MEDIDA EMERGENCIAL DE EXTENSÃO. SÚMULA N. 691/STF. LIMINAR DEFERIDA NESTA CASA, EXCEPCIONALMENTE, NO AUGE DA PANDEMIA DE COVID-19. PRISÃO DOMICILIAR CONCEDIDA. CRISE SANITÁRIA COM NOVOS CONTORNOS. EXIGÊNCIA DE EXAME PONTUAL DE CADA CASO CONCRETO. OBSERVÂNCIA DAS DIRETRIZES FIXADAS PELO STF (RE N. 641.320/RS). ORDEM DENEGADA, CASSANDO-SE A LIMINAR DEFERIDA. PREJUDICADOS OS PEDIDOS DE TUTELA PROVISÓRIA, DE EXTENSÃO E O AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO PELO MPSP.

1. A despeito da evolução jurisprudencial existente no âmbito desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, não se pode afirmar, de forma inconcussa, que é possível o manejo de *habeas corpus* para toda e qualquer espécie de tutela coletiva, devendo a análise de cada impetração ser perquirida de *per si*.

2. Impetração que coincidiu com a deflagração da pandemia em todo o mundo. Poder Judiciário Nacional que buscava conciliar o pânico próprio de uma situação sanitária emergencial, nebulosa e sem precedentes, com as diversas demandas que lhe eram distribuídas diariamente, sempre primando pela preservação da vida e também pela segurança e bem-estar da coletividade, já gravemente impactada pela disseminação do vírus, que, naquela época, seguia em passos crescentes, alarmantes e letais. Logo, o cenário existente por ocasião da concessão do pedido liminar fez com que, excepcionalmente, fosse concedida a prisão domiciliar e autorizada a não observância das diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 641.320/RS.

3. Contextualizada no tempo a liminar deferida em 25/5/2020, ou seja, no auge da pandemia, o que se tem hoje exige outro desfecho para a impetração, já que, de lá para cá, houve a criação de um programa de vacinação que se tem mostrado, em linhas gerais, eficaz, e uma redução considerável na letalidade do vírus, o que vem permitindo a retomada gradual da rotina das pessoas, das cidades e do país como um todo, contribuindo para um recuo no pânico até então instalado, o que não quer dizer, por óbvio, que as medidas preventivas e profiláticas devam ser abandonadas pela população. Pelo contrário. O avanço alcançado exige a preservação das cautelas que já fazem parte do dia a dia da nação, a fim de que não se tenha inadmissível retrocesso. Além do mais, diante da realidade sanitária que se tem hoje, é muito provável que a maioria – ou até mesmo a totalidade – dos presos alcançados pela medida liminar já tenham se imunizado com ao menos duas doses da vacina contra a covid-19, o que também sinaliza que o risco de proliferação do vírus, que se buscava minimizar com a tutela emergencial, está, salvo melhor juízo, controlado.

4. Situação particular de cada preso que deve ser sopesada pelo Juízo de primeiro grau e pelo Tribunal de segunda instância, até porque a execução penal é por demais dinâmica e, sem dúvidas, a conjuntura prisional dos custodiados agraciados com a liminar deferida nestes autos já não é mais a mesma que existia à época da impetração. Ademais, desde o manejo deste *habeas corpus*, inúmeras foram as petições juntadas pela Defensoria Pública noticiando suposto agravamento na falta de vagas e outras tantas foram juntadas pelo Ministério Público refutando as alegações defensivas e afirmando o surgimento de centenas de vagas e a efetivação de transferências para o regime intermediário. Ora, tamanha divergência nos dados apresentados e o dinamismo que envolve o surgimento e preenchimento de vagas tornam mais evidente a necessidade de que a situação carcerária de cada preso seja avaliada individualmente, observando-se as diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 641.320/RS.

5. Ordem denegada, cassando-se a liminar anteriormente deferida. Prejudicados os pedidos de tutela provisória e de extensão formulados, bem como o agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, prossequindo o julgamento após o voto-vista do Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior acompanhando o Sr. Ministro Relator, sendo seguido pelos Srs. Ministros Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF - 1ª Região) Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz, à unanimidade, denegar a ordem, cassada a liminar anteriormente deferida e julgar prejudicados os pedidos de tutela provisória e de extensão formulados, bem como o agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior (voto-vista), Rogerio Schietti Cruz e Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 02 de agosto de 2022 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 580.510 - SP (2020/0110783-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO -
BENEFICIADOS COM A PROGRESSÃO DE REGIME
SEMIABERTO MANTIDOS ILEGALMENTE SOB O JOGO DO
REGIME FECHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

(Relator):

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor DOS PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM – SÃO PAULO – BENEFICIADOS COM A PROGRESSÃO DE REGIME SEMIABERTO MANTIDOS ILEGALMENTE SOB O JOGO DO REGIME FECHADO apontando como autoridade coatora desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2087645-34.2020.8.26.0000).

Consta dos autos que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo impetrou *habeas corpus* no Tribunal *a quo* objetivando a concessão da prisão domiciliar ao então paciente Fabiano de Faria Paiva, agraciado com a progressão para o regime semiaberto, mas que permanecia no regime fechado em razão da ausência de vagas no regime intermediário. Na ocasião, a aludida defesa pleiteou, ainda, a extensão do benefício em questão aos demais presos da Penitenciária 2 de Potim/SP que se encontravam em idêntica situação.

Ao examinar o pleito emergencial, o desembargador relator deferiu a liminar tão somente em relação ao então paciente Fabiano de Faria Paiva, concedendo-lhe a prisão domiciliar, negada, todavia, a extensão requerida, sob a justificativa de que mencionados requerimentos deveriam ser "*feitos e analisados individualmente e obedecendo eventual prevenção*" (e-STJ fl. 25).

Daí o presente *writ*, no qual sustenta a Defensoria Pública do Estado

Superior Tribunal de Justiça

de São Paulo que, ao contrário do entendimento externado na origem, a concessão da prisão domiciliar *"não depende de condições pessoais de cada paciente, sob pena de violação clara ao princípio da igualdade: todos da lista foram beneficiados com a progressão e estão em regime fechado (há 01, 02, 03, 04 meses)"* – e-STJ fl. 7.

Afirma que muitos presos se encontram nessa mesma situação jurídica e fática, em evidente excesso de execução, asseverando, ainda, que a atual pandemia pela covid-19 reforça a necessidade de concessão da prisão domiciliar.

Invoca o enunciado 56 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, bem como a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Busca, liminarmente, *"a extensão da decisão favorável concedida ao paciente Fabiano (PRISÃO DOMICILIAR) aos demais reclusos, que estão rigorosamente sob as mesmas condições fáticas e jurídicas, na mesma unidade prisional: presos da penitenciária 2 de Potim que receberam decisão favorável de progressão ao regime semiaberto e permanecem em regime fechado (presos devidamente listados), em lista oficial da Secretaria da Administração Penitenciária – emitida pelo Sr. Diretor-Geral de Potim 2"* (e-STJ fl. 15).

No mérito, requer *"a manutenção da prisão domiciliar dos pacientes até o fim da pandemia e surgimento de vaga no correto regime intermediário"* (e-STJ fl. 15).

Liminar deferida, às e-STJ fls. 89/95, a fim de que os presos da Penitenciária 2 de Potim/SP, agraciados com a progressão para o regime semiaberto e que permanecem no regime fechado em razão da ausência de vagas no regime intermediário, pudessem aguardar, em prisão domiciliar, cujas condições deverão ser fixadas pelo Juízo das Execuções Penais, o julgamento definitivo deste *writ* ou o final da pandemia.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* ou pela denegação da ordem, cassando-se a liminar deferida.

É o relatório.

HABEAS CORPUS Nº 580.510 - SP (2020/0110783-0)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

(Relator):

Inicialmente, verifica-se que a insurgência volta-se contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu o pleito emergencial, e o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade.

Todavia, consoante visto no relatório, o pedido liminar foi deferido, excepcionalmente, por este relator (e-STJ fls. 89/95).

Pois bem. Quanto à possibilidade de manejo do remédio heroico, em sua feição coletiva, esta Corte Superior de Justiça há muito já sufragou o entendimento de que se afigura "***em princípio descabida a roupagem 'coletiva' dada ao habeas corpus, até porque a competência para o julgamento do writ neste Superior Tribunal de Justiça deve ser firmada em razão da execução de cada preso e não pela situação ou local onde um grupo de presos se encontra no momento da impetração***" (AgRg no HC n. 269.265/SP, relatora a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 10/6/2013, grifei).

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS COLETIVO. PRESOS. AUSÊNCIA DE BANHO DE SOL. VIA INADEQUADA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CADA DETENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A privação provisória do banho de sol deve ser analisada casuisticamente, à luz do histórico disciplinar de cada apenado, considerando-se também o espaço físico em que se encontra cada reeducando submetido à disciplina de isolamento ou de proteção, além do prazo em que o detento ficará no referido regime. Assim, o *habeas corpus* coletivo não é a via adequada quando o exame requer a verificação da situação individualizada de cada detento.

Superior Tribunal de Justiça

2. O *habeas corpus* não se revela o meio apropriado pra resolver graves problemas ligado às condições das cadeias e presídios brasileiros.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 515.672/RJ, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019.)

No entanto, é cediço que, além de haver precedentes desta Corte em sentido diverso (v.g. HCs n. 207.720/SP e 142.513/ES), o Supremo Tribunal Federal entendeu pela possibilidade de *habeas corpus* coletivo, hipótese essa veiculada no julgamento do HC n. 143.641, proveniente da **Segunda Turma**, de relatoria do Ministro **Ricardo Lewandowski**, publicado em outubro de 2018, no qual ficou assentado, em breves linhas, que se deve:

[...] autorizar o emprego do presente writ coletivo, dado o fato de que se trata de um instrumento que se presta a salvaguardar um dos bens mais preciosos do homem, que é a liberdade. Com isso, ademais, estar-se-á honrando a venerável tradição jurídica pátria, consubstanciada na doutrina brasileira do habeas corpus, a qual confere a maior amplitude possível ao remédio heroico, e que encontrou em Ruy Barbosa quiçá o seu maior defensor. Segundo essa doutrina, se existe um direito fundamental violado, há de existir no ordenamento jurídico um remédio processual à altura da lesão.

À toda a evidência, quando o bem jurídico ofendido é o direito de ir e vir, quer pessoal, quer de um grupo pessoas determinado, o instrumento processual para resgatá-lo é o habeas corpus individual ou coletivo.

É que, na sociedade contemporânea, burocratizada e massificada, as lesões a direitos, cada vez mais, assumem um caráter coletivo, sendo conveniente, inclusive por razões de política judiciária, disponibilizar-se um remédio expedito e efetivo para a proteção dos segmentos por elas atingidos, usualmente desprovidos de mecanismos de defesa céleres e adequados.

[...]

No Brasil, ao par da já citada doutrina brasileira do habeas corpus, que integra a épica história do instituto em questão, e mostra o quanto ele pode ser maleável diante de lesões a direitos fundamentais, existem ainda dispositivos legais que encorajam a superação do posicionamento que defende o não cabimento do writ na forma coletiva.

Nessa linha, destaco o art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, que preconiza a competência de juízes e os tribunais para expedir, de ofício, ordem de habeas corpus, quando, no curso de

Superior Tribunal de Justiça

processo, verificarem que alguém sofreu ou está na iminência de sofrer coação ilegal. A faculdade de concessão, ainda que de ofício, do writ, revela o quanto o remédio heroico é flexível e estruturado de modo a combater, de forma célere e eficaz, as ameaças e lesões a direitos relacionados ao status libertatis.

A questão, portanto, ainda é incipiente, e não se pode afirmar, de forma inconcussa, que é possível o manejo de *habeas corpus* para toda e qualquer espécie de tutela coletiva, devendo a análise de cada impetração ser perquirida de *per si*.

O presente *writ* foi impetrado em favor dos presos da Penitenciária 2 de Potim/SP beneficiados com a progressão para o regime semiaberto e que se encontravam no regime fechado em razão da falta de vagas no regime intermediário.

No julgamento do RE n. 641.320/RS, sob a sistemática da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal assentou as diretrizes quanto à celeuma do apenado que alcança progressão para o regime prisional menos gravoso e continua a cumprir pena em regime prisional mais severo em razão da inexistência de vagas, editando o entendimento Sumular Vinculante n. 56, *in verbis*:

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320.

Diante desse cenário, a Terceira Seção desta Corte decidiu que "a inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena **não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar**, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n° 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n° 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto" (REsp n. 1.710.674/MG, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018, DJe de 3/9/2018, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre, entretanto, que a impetração deste remédio constitucional coincidiu com a deflagração da pandemia em todo o mundo e, naquele momento, o Poder Judiciário Nacional, como um todo, buscava conciliar o pânico próprio de uma situação sanitária emergencial, nebulosa e sem precedentes, com as diversas demandas que lhe eram distribuídas diariamente, sempre primando pela preservação da vida e também pela segurança e bem-estar da coletividade, já gravemente impactada pela disseminação do vírus, que, naquela época, seguia em passos crescentes, alarmantes e letais.

Em outras palavras, o Poder Judiciário não economizou esforços para conter a disseminação do novo coronavírus, inclusive nas unidades prisionais, e esta Corte, em razão do caótico quadro sanitário, passou a olhar com menos rigor para casos que aqui aportavam, flexibilizando, pontualmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Sendo assim, este relator, sopesando, sobretudo e precipuamente, a pandemia de covid-19, atendeu ao pleito de urgência formulado no *writ*.

Aliás, inúmeros foram os *habeas corpus* concedidos por esta relatoria, e também pelos demais integrantes das turmas que compõem a Terceira Seção desta Casa, motivados justamente pela inédita situação sanitária emergencial.

O Conselho Nacional de Justiça, inclusive, diante da crise instalada pela contaminação generalizada de coronavírus, publicou a Recomendação n. 62/2020 – a essa altura já conhecida por todos –, adotando medidas preventivas à propagação da infecção.

Logo, friso, esse era o cenário existente por ocasião da concessão do pedido liminar e que fez com que este relator autorizasse, excepcionalmente, a não observância das diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 641.320/RS.

Contextualizada no tempo a decisão por mim proferida neste *writ* em 25/5/2020, ou seja, no auge da pandemia, o que se tem hoje exige outro desfecho para a impetração.

Superior Tribunal de Justiça

É que, de lá para cá, houve a criação de um programa de vacinação que tem se mostrado, em linhas gerais, eficaz, e uma redução considerável na letalidade do vírus, o que vem permitindo a retomada gradual da rotina das pessoas, das cidades e do país como um todo, contribuindo para um recuo no pânico até então instalado, o que não quer dizer, por óbvio, que as medidas preventivas e profiláticas devam ser abandonadas pela população. Pelo contrário. O avanço alcançado exige a preservação das cautelas que já fazem parte do dia a dia da nação, a fim de que não se tenha inadmissível retrocesso.

Além do mais, diante da realidade sanitária que se tem hoje, é muito provável que a maioria – ou até mesmo a totalidade – dos presos alcançados pela medida liminar já tenham se imunizado com ao menos duas doses da vacina contra a covid-19, o que também sinaliza que o risco de proliferação do vírus, que se buscava minimizar com a tutela emergencial, está, salvo melhor juízo, controlado.

Portanto, levando em conta o motivo determinante para a concessão da providência emergencial, o atual cenário sanitário nacional, e próprio comando contido na decisão liminar, que sinalizou claramente que a preocupação deste relator repousava no avanço descontrolado da doença e, por isso, pontuou que a providência emergencial perduraria até o julgamento definitivo do *writ* **ou até o fim da pandemia** (e-STJ fl. 95), imperioso que a situação particular de cada preso seja sopesada pelo Juízo de primeiro grau e pelo Tribunal de segunda instância, até porque a execução penal é por demais dinâmica e, sem dúvidas, a conjuntura prisional dos custodiados agraciados com a liminar deferida nestes autos já não é mais a mesma que existia à época da impetração.

Tanto é assim que aportaram a esta Corte informações prestadas por alguns Juízos das Execuções Penais noticiando alteração fática no processo de execução de presos beneficiados com a medida emergencial, como, por exemplo, o cometimento de falta grave, acarretando, conseqüentemente, a regressão para o regime fechado e a revogação da prisão domiciliar – que apenas foi deferida em razão da pandemia e aos presos em regime semiaberto – (e-STJ fls. 735/747, 771/773, 775/778 e 780/782).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, desde o manejo deste *habeas corpus*, inúmeras foram as petições juntadas pela Defensoria Pública noticiando suposto agravamento na falta de vagas e outras tantas foram juntadas pelo Ministério Público refutando as alegações defensivas e afirmando o surgimento de centenas de vagas e a efetivação de transferências para o regime intermediário. Ora, tamanha divergência nos dados apresentados e o dinamismo que envolve o surgimento e preenchimento de vagas tornam mais evidente, no meu entender, a necessidade de que a situação carcerária de cada preso seja avaliada individualmente, observando-se as diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 641.320/RS.

Em acréscimo, reputo importante trazer à baila o que informou o Tribunal paulista a esta Casa, dando conta de que incontáveis *habeas corpus* individuais foram manejados naquele Tribunal pleiteando a prisão domiciliar, a demonstrar que os casos, ou foram, ou estão sendo examinados particularmente, como tem que ser. Confira-se (e-STJ fls. 737/738):

b) a Defensoria Pública dispõe de listagens de presos, por exemplo, portadores de comorbidades, que aparelham habeas corpus individuais processados e distribuídos na Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de modo a não existirem dificuldades à discussão individual da situação processual e carcerária de cada paciente;

c) ressalvada a pessoa de Rodrigo Aparecido Mello, foram impetrados habeas corpus para cada preso nominado na lista anexa à petição inicial do feito de origem (HC nº 2087645-34.2020.8.26.0000), igualmente com pedidos extensivos, distribuídos em conformidade com as regras regimentais e encaminhados aos devidos Desembargadores Relatores que, à luz do princípio do livre convencimento motivado, proferiram decisões diversas, mas sempre individuais, adstritas à competência legal de cada órgão fracionário;

d) essa multiplicidade de impetrações, além de indicar possível litispendência, sugere que se pretendeu distribuir habeas corpus coletivo, com roupagem individual, em detrimento das regras regimentais de definição da competência e prevenção dos diversos órgãos fracionários desta Corte;

Em suma, imperioso que a conjuntura de cada condenado seja avaliada criteriosamente pelo Juízo competente, de acordo com as especificidades que cercam cada caso.

Superior Tribunal de Justiça

O entendimento exarado pelo Ministério Público Federal foi no sentido da denegação da ordem. Veja-se a ementa do aludido parecer (e-STJ fl. 761):

HABEAS CORPUS “COLETIVO” E PEDIDO DE EXTENSÃO AOS PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM/SP. EXECUÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DA DEFESA: PRESOS PROGREDIDOS AO REGIME SEMIABERTO, MAS MANTIDOS NO REGIME FECHADO DIANTE DA AUSÊNCIA DE VAGAS NO REGIME INTERMEDIÁRIO. CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME ABERTO OU PRISÃO DOMICILIAR. COVID-19.

- Preliminar - prevenção: este HC nº 580.510/SP não está prevento ao HC nº 579.023/SP; apesar de partirem de pedidos e causas de pedir iguais, os habeas corpus tratam de situações de fatos diferentes; este HC n. 580.510/SP cuida dos presos da Penitenciária 2 de Potim/SP; o HC n. 579.023/SP cuida dos presos da Penitenciária 1 de Potim/ SP;

- Preliminar – pedido prejudicado: este HC nº 580.510/ SP impugna decisão liminar do Relator da 13ª Câmara de Direito Criminal do TJSP; julgamento do HC impetrado perante o TJSP; perda superveniente de objeto.

- Mérito: HC coletivo; pedido para os Presos da Penitenciária 2 de Potim/SP aguardarem em regime aberto ou prisão domiciliar; presos com idênticas situações jurídicas: deferida a progressão ao regime semiaberto; mantidos no regime fechado, diante da falta de vagas no regime intermediário; reforço de argumentação da defesa pela pandemia do Covid-19;

informação da autoridade penitenciária: existência de vagas no regime semiaberto; transferências não realizadas devido aos problemas sanitários decorrentes do Covid-19;

denegação da ordem.

À vista do exposto, **casso a liminar anteriormente deferida e denego a ordem**, julgando-se prejudicados os pedidos de tutela provisória e de extensão formulados, bem como o agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

É como voto.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEXTA TURMA**

Número Registro: 2020/0110783-0

PROCESSO ELETRÔNICO

HC 580.510 / SP
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 20200000280876 20400608320208260000 20876453420208260000

EM MESA

JULGADO: 17/05/2022

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO**

Secretário

Bel. **ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA**

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO - BENEFICIADOS
COM A PROGRESSÃO DE REGIME SEMIABERTO MANTIDOS
ILEGALMENTE SOB O JOGO DO REGIME FECHADO (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal e de Medidas Alternativas

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr(a). DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, pela parte PACIENTE: PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO - BENEFICIADOS COM A PROGRESSÃO DE REGIME SEMIABERTO MANTIDOS ILEGALMENTE SOB O JOGO DO REGIME FECHADO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator denegando a ordem, cassando a liminar anteriormente deferida e julgando prejudicados os pedidos de tutela provisória e de extensão formulados, bem como o agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior. Aguardam os Srs. Ministros Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF - 1 Região), Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz.





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 580510 - SP (2020/0110783-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO -
BENEFICIADOS COM A PROGRESSÃO DE REGIME
SEMIABERTO MANTIDOS ILEGALMENTE SOB O JOGO DO
REGIME FECHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO-VISTA

Pedi vista destes autos para avaliar atentamente a questão sensível posta no *writ*. A pretensão é manter, até o fim da pandemia, a prisão domiciliar dos pacientes agraciados com a progressão para o regime semiaberto e que permanecem no regime fechado em razão da ausência de vagas no regime intermediário.

Chamou a minha atenção a alegação da Defensoria Pública no sentido de que há cerca de 9 mil pessoas nessa condição, sem a mínima expectativa de transferência para estabelecimento adequado.

Embora seja preocupante a conjuntura exposta pela impetrante e paradoxal, como afirmado pelo Ministro Relator, não há como conceder a ordem de *habeas corpus* coletiva. Estou de acordo com S. Exa.

As situações fáticas são diversas, variadas, não havendo como, neste feito, se proferir uma decisão que, objetivamente, cuide de todos os possíveis beneficiados. São situações individuais, não uniformes, as quais devem ser avaliadas pelo Juiz da execução de acordo com as especificidades de cada uma.

Afora isso, não há como determinar um prazo para que a Justiça examine a situação de todos os envolvidos nessa difícil realidade do sistema prisional.

Com essas rápidas considerações, **acompanho** o Relator.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEXTA TURMA**

Número Registro: 2020/0110783-0

PROCESSO ELETRÔNICO

HC 580.510 / SP
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 20200000280876 20400608320208260000 20876453420208260000

EM MESA

JULGADO: 02/08/2022

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **PAULO DE SOUZA QUEIROZ**

Secretário

Bel. **ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA**

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : PRESOS DA PENITENCIÁRIA 2 DE POTIM - SÃO PAULO - BENEFICIADOS
COM A PROGRESSÃO DE REGIME SEMIABERTO MANTIDOS
ILEGALMENTE SOB O JOGO DO REGIME FECHADO (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal e de Medidas Alternativas

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo o julgamento após o voto-vista do Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior acompanhando o Sr. Ministro Relator, sendo seguido pelos Srs. Ministros Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF - 1ª Região) Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz, a Sexta Turma, à unanimidade, denegou a ordem, cassada a liminar anteriormente deferida e julgou prejudicados os pedidos de tutela provisória e de extensão formulados, bem como o agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior (voto-vista), Rogerio Schietti Cruz e Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região) votaram com o Sr. Ministro Relator.